MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v12i24.16736

Tradição Africana Versus Neoliberalismo: Contraste Entre Duas Lógicas de Sujeito e de Sistema Financeiro Distintas a Partir do Estudo da Likelemba

African Tradition Versus Neoliberalism: Contrast Between Two Distinct Logics of Subject and Financial System From the Study of Likelemba

Tradición Africana Contra Neoliberalismo: Contraste Entre Dos Lógicas de Sujeto y de Sistema Financiero Distintas a partir del Estudio de La Likelemba

Tradition Africaine Contre Néolibéralisme: Contraste Entre Deux Logiques de Sujet et de Système Financier Distinctes de L'étude de la Likelemba

Lúcia de Toledo França Bueno
Universidade Federal de Uberlândia (IERI - UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: lucia.toledobueno@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4167-3274

Bas´Ilele Malomalo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)
e Universidade Católica de Salvador (PPPSC-UCSAL), Salvador, Bahia, Brasil
E-mail: basilele@unilab.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7889-3385

Resumo: A representação da tradição africana como oposta à modernidade ganha força no final dos anos 1980. Com a chegada do neoliberalismo, Estados ocidentais e africanos ocidentalizados praticam o epistemicídio de saberes, ofícios e mecanismos econômicos tradicionais. Nosso problema de pesquisa consiste em contrastar a lógica coletivista das economias africanas tradicionais com a lógica concorrencial da empresa-indivíduo neoliberal. Empregamos pesquisa bibliográfica e coleta de dados no campo de Estudos Africanos. Apresentamos causas e desdobramentos da folclorização da cultura africana. Posteriormente, contrapomos duas lógicas de viver: a africana (mediante estudo da instituição financeira "Likelemba") e a empresa-indivíduo neoliberal.

Palavras-chave: Epistemicídio. Instituições financeiras tradicionais africanas. Likelemba. Neoliberalismo. África Contemporânea.

Abstract: The representation of African tradition as opposed to modernity gains strength in the late 1980s. With the arrival of neoliberalism, western and westernized states practice the epistemicide of traditional knowledge, crafts and economic mechanisms. Our research problem is to contrast the collectivist logic of traditional African economies with the competitive logic of the neoliberal enterprise-individual. We employ bibliographic research and data collection in the field of African Studies. We present causes and consequences of the folklorization of African culture. Subsequently, we counter two logics of living: the African (through study of the financial institution "Likelemba") and the neoliberal enterprise-individual.

Keywords: Epistemic-Genocide. Traditional African financial institutions. Likelemba. Neoliberalism. Contemporary Africa.

Resumen: La representación de la tradición africana como opuesta a la modernidad gana fuerza a finales de los años 1980. Con la llegada del neoliberalismo, Estados occidentales y occidentalizados practican el epistemicidio de saberes, oficios y mecanismos económicos tradicionales. Nuestro problema de investigación consiste en contrastar la lógica colectivista de las economías africanas tradicionales con la lógica competitiva de la empresa-individuo neoliberal. Empleamos investigación bibliográfica y recolección de datos en el campo de Estudios Africanos. Presentamos causas y desdoblamientos de la folclorización de la cultura africana. Posteriormente, contraponemos dos lógicas de vivir: la africana (mediante estudio de la institución financiera "Likelemba") y la empresa-individuo neoliberal.

Palabras clave: Epistemicidio. Instituciones financieras tradicionales africanas. Likelemba. Neoliberalismo. África Contemporánea.

Résumé: La représentation de la tradition africaine comme opposée à la modernité prend de l'ampleur à la fin des années 1980. Avec l'arrivée du néolibéralisme, les États occidentaux et occidentalisés pratiquent le génocide épistémique des savoirs, métiers et mécanismes économiques traditionnels. Notre problème de recherche consiste à contraster la logique collective des économies africaines traditionnelles avec la logique concurrentielle de l'entreprise-individu néolibéral. Nous employons la recherche bibliographique et la collecte de données dans le domaine des études africaines. Nous présentons les causes et les développements de la folclorisation de la culture africaine. Par la suite, nous avons deux logiques de vie : l'africaine (par l'étude de l'institution financière "Likelemba") et l'entreprise-individu néolibéral.

Mots-clés: Génocide Épistémique. Institutions financières traditionnelles africaines. Likelemba. Néolibéralisme. Afrique Contemporaine.

Recebido em: 30-01-2023

Aceito em: 09-08-2023

INTRODUÇÃO

Fruto da tradição cultural africana, entendida no sentido de saber endógeno, dinâmico e criativo (KONATÉ, 2009; FALOLA, 2020), a likelemba é uma tecnologia social e econômica que assume uma miríade de formas e todo um rol de designações possíveis pelo globo. Sua característica marcante reside na sua orientação à poupança e à geração de crédito. Visto que aprofundaremos sua definição e funcionamento posteriormente, cabe, por ora, descrevê-la como uma ferramenta que funciona pelo agrupamento de pessoas, sobretudo mulheres, interessadas em buscar, coletivamente, o alcance de objetivos financeiros pré-estipulados. Sua natureza emancipatória reside no potencial de realização autônoma e solidária de projetos, iniciativas e planos pré-estipulados. Dessa instituição ancestral germina prosperidade no seio das famílias e comunidades. Com ela, tiramos aprendizados expressivos da herança de saberes e práticas econômicas harmônicas que brotam da cultura africana[1].

Os processos de desafricanização das realizações e tecnologias produzidas por pessoas negras revelam uma estratégia epistemicida que articula apagamento, inferiorização, primitivização, demonização e invisibilização do legado africano para todo o mundo, inclusive na esfera econômica. Para caminhar no sentido contrário ao da colonialidade que se perpetua em tempo presente, trataremos da dimensão econômica dos saberes e ofícios africanos - em particular sistemas e mecanismos financeiros ancestrais - no contexto neoliberal. O problema da pesquisa consiste em contrastar a lógica coletivista das economias africanas tradicionais em relação à lógica concorrencial da empresa-indivíduo neoliberal, caracterizando-as e detalhando valores culturais, bem como o funcionamento de cada uma delas.

A fim de viabilizar a investigação foram realizadas pesquisas bibliográficas e coleta virtual de dados; a interpretação se apoia em princípios e abordagens epistemológicas africanas interdisciplinares. As fontes escritas e orais empregadas variam de primárias a terciárias e mesclam variadas origens geográficas e, portanto, representam uma diversificada fundamentação bibliográfica, especialmente dentro do campo de Novos Estudos Africanos (MALOMALO, 2017).

O trabalho conta com duas seções. Inicialmente, apresentamos os fundamentos do problema analisado delineando causas e efeitos do epistemicídio dos saberes e ofícios tradicionais africanos sobre a vida das pessoas africanas contemporaneamente. Já em um segundo momento, colocamos em contraposição a lógica tradicional africana no âmbito econômico e

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

a lógica da empresa-indivíduo neoliberal, tendo como eixo transversal de análise a obra de Christian Laval e Pierre Dardot (2016). A mobilização desse referencial se dá devido ao seu potencial em complexificar a concepção e abrangência do neoliberalismo, incorporando a dimensão normativa aos aspectos econômicos.

Os anseios desenvolvimentistas de Estados africanos encontram barreiras empíricas: mesmo sem serem institucionalizados, mecanismos tradicionais africanos, como as balikelemba[2], obtêm êxito na geração de oportunidades e renda no seio das sociedades africanas, enquanto bancos comerciais "formais" fracassam sobre o mesmo território. É por isso que, como possível desdobramento prático desta pesquisa, vislumbra-se o reconhecimento das tradições africanas na esfera das políticas públicas a nível nacional e internacional.

Ademais, a pesquisa fornece instrumentos teóricos, conceituais, ontológicos e epistemológicos para desfolclorizar a limitada e limitante representação de África e nossos povos como um ambiente hostil à intelectualidade, às inovações e à prosperidade. Almejamos reavivar o vital debate pelo reconhecimento, justiça e desenvolvimento para todas as pessoas africanas nas seis regiões do continente.

A tradição é no agora e a rejeição disso impacta cotidianamente a formulação e a implementação de políticas que negam a dignidade de povos africanos; que negam o direito humano à própria cultura enquanto alavanca para a prosperidade.

1 O EPISTEMICÍDIO DA HERANÇA CULTURAL AFRICANA DE SABERES E OFÍCIOS EM ECONOMIA

As consequências do racismo sobre as instituições econômicas africanas tradicionais não se resume às investidas dos anos 1500, ao período das descolonizações pujante nas décadas de 1960 e 1970, ou ao neocolonialismo emergente após as independências (KRUMAH, 1965) e vigente até hoje (MBEMBE, 2014; FALOLA, 2020). Em outras palavras, começar a contar a história da população africana utilizando como ponto de partida os períodos supracitados é uma

2 O termo "likelemba" tem origem na língua Lingala, de origem bantu e falada por mais de 20 milhões de pessoas, sobretudo na região do Congo (República do Congo e República Democrática do Congo), mas também no norte de Angola e no centro-sul da República Centro-Africana, além de ser exportada para outros territórios pelas populações migrantes. Trata-se de uma língua proveniente de um tronco linguístico distinto do indo-europeu que baseia as línguas latinas, como a portuguesa. Nesse sentido, sua morfologia, ou seja, a estrutura e a formação das palavras, também ocorre de forma outra. É por essa razão que a principal regra de constituição das formas plurais não passa pela adição do sufixo "s" (como em "cultura", "culturas"), mas sim pelo emprego do prefixo "ba". Portanto, o plural de "likelemba" é "balikelemba".

forma de aniquilar a autonomia de uma sociedade objetificada. Na linha epistemológica afro-centrada, conforme presente na Coleção História Geral da África da UNESCO, reivindicamos a revisão dos marcos iniciais nos estudos referentes à população africana (MALOMALO, 2017).

O impacto drástico da vinculação entre raça e escravização se faz presente, pelo menos, desde o genocídio árabe-muçulmano no continente africano, por volta do século VII da era cristã. Com isso, aos quinhentos anos de tráfico e escravização europeia, somam-se mais mil anos de criminosa e sistemática desumanização de pessoas negras (NDIAYE, 2008).

A razão de ser desta pesquisa inclui desvelar o que se tentou encobrir: as invenções, os saberes, a complexidade e a sofisticação de sociedades e instituições africanas no contexto pré-colonial. Esta análise demanda reconhecer a anterioridade de povos naturalmente livres e autônomos que trazem, a partir da cultura africana tradicional, modos de existência e sistemas econômicos avançados e prósperos (MALOMALO, 2021).

No quadro da Década Internacional de Afrodescendentes da ONU (2015-2024) e da campanha “Vidas Negras” da ONU Brasil, o documentário “Rostos Familiares, Lugares Inesperados: Uma Diáspora Africana Global” demonstra que pessoas africanas não só no continente americano - mas também na Índia, na Turquia e em países no Oceano Índico - reproduziram instituições tradicionais africanas por intermédio de comunidades autônomas estabelecidas muito antes do marco típico da colonização europeia em 1492.

Para Nascimento (2008, p. 80), ao contrário do estereótipo de África escura e obscura, “abrigando tribos primitivas, imóveis no tempo e no espaço, com suas culturas arcaicas e estáticas (...) a África tem sido o palco de intensas movimentações, migrações, trocas comerciais e culturais (...) em todos os cantos do mundo antigo.” Com a queniana Kinyanjui (2019, p. 65) observamos:

> Com mentes e olhos enevoados pela visão colonialista de África, especialistas em desenvolvimento e instituições financeiras internacionais têm reforçado a promoção do empreendedorismo entre africanos como se África nunca tivesse tido uma lógica de negócios, com ethos e práticas próprias. Previamente à dominação e exploração colonial, africanos comercializavam entre si e com seus vizinhos, como ilustram claramente as rotas de comércio transaarianas e o comércio de longa distância Nyamwezi. O mercado com os árabes e os chineses era bem estabelecido e, depois do século XV, algum comércio ocorreu com os europeus. (tradução nossa)

A capacidade de agência de produção intelectual de sociedades inteiras é atropelada pelo artifício da “natural” inferioridade de povos africanos. A partir do determinismo bio-lógico (OYĚWÙMÍ, 2021) e da marginalização do papel da mulher nas religiões islâmica e cristã (DIOP,

1974), as estruturas familiares, comunitárias, políticas e econômicas pré-coloniais ficam sob ataque constante. São inventadas tradições e costumes convenientes aos interesses dos colonizadores como se houvesse alguma continuidade ancorada na tradição africana. Abre-se margem para a geração de estigmas e estereótipos como primitivismo, isolacionismo, selvageria, obscuridade e tantas outras noções depreciativas da identidade africana. Somente assim a fraude da hierarquização racial poderia ser naturalizada, concretizada e normatizada de forma perene.

Como desdobramento da articulação de raça enquanto princípio organizador das populações pretas, o protagonismo preto sobre o desenvolvimento de avanços científicos e tecnológicos é apagado. Já que a manipulação da memória é uma ferramenta colonial de promoção do esquecimento sobre a identidade africana autônoma e livre, preservar as raízes culturais de saberes ancestrais é um ato de resistência à coisificação de corpos pretos.

Embora a violência colonial seja habitualmente associada à dimensão física do genocídio da população preta, não menos importante é a dimensão sensível, menos visível e de teor psicológico presente no epistemicídio. Sueli Carneiro define o epistemicídio da seguinte maneira: “É uma forma de seqüestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta” (2005, p. 97).

Afirmamos, em outros termos, que convivemos com a narrativa de que a “contribuição” africana para a formação das sociedades no mundo se reduz às esferas gastronômica e artística/estética (tendo como ícones estereotipados o samba, o carnaval, a feijoada, o futebol e a fé-religiosidade) - ambas diretamente ligadas ao corporal e ao sensível - ao passo que as culturas europeias teriam sido as responsáveis por aquilo que seria “naturalmente superior”: os conhecimentos intelectuais e racionais. O discurso de que a razão é branca enquanto a emoção é negra surge como herança do pensamento hegeliano de que a África não teria uma história própria, assim como dos tantos pseudocientistas eugenistas que forjavam uma diferença biológica entre raças, a inferiorização da dignidade do povo e a primitivização das ontologias africanas (CHARMANTIER, 2020; GONZALEZ, 1988).

Esse processo ao qual nos referimos, o de folclorização dos saberes africanos, constitui-se como um meio de destituir povos africanos de nossas tecnologias autóctones, que cada e toda sociedade possui originalmente. Nesse sentido, é pouco crível a presunção de universalidade de um rol restrito de instituições econômicas visto que sistemas de crenças e valores civilizatórios fornecem as bases das instituições de uma sociedade, e estas são diversas no mundo.

Portanto, pretendemos nos debruçar sobre a dimensão econômica do legado cultural africano neste artigo. Argumentamos que, em um esforço de avanço científico na direção de

reontologização africana enquanto hipótese de resgate identitário e cultural, seria necessário expandir o escopo dos diálogos, debates e pesquisas em se tratando da associação entre o legado africano de saberes em economia para além dos termos coloniais.

A despeito do papel basilar dos povos indígenas e africanos na edificação das instituições coloniais, ainda que compulsoriamente atribuído, um dos mecanismos de domínio colonial é a devastação da identidade do povo africano por meio de múltiplas formas de extermínio, inclusive dos corpos que aqui entendemos como bibliotecas de saberes. Sabemos, no entanto, que os espaços de produção de conhecimento e arte legitimados pela lógica colonial intermediaram ou desempenharam movimentos políticos, por intermédio do epistemicídio, isto é, a rejeição da capacidade de pessoas e povos africanos produzirem saber e conhecimento. É o racismo na sua dimensão intelectual e científica que desemboca, a depender da conveniência, no extermínio ou na apropriação das epistemes africanas.

A invisibilização do repertório de saberes em economia decorre, em partes, do fato de que, por muitos anos, os estudos e pesquisas sistemáticos sobre populações africanas partiram essencialmente do olhar antropológico colonial. Ademais, a descaracterização e fragmentação das famílias africanas como estratégia dos empreendimentos escravizadores é componente do processo de esquecimento ativo (GONZALEZ, 1988; DIOP, 1974) das origens culturais direta e indiretamente imposto aos referidos povos. Segundo Nei Lopes (2011, p. 505)

> (...) o viajante estrangeiro, mesmo reconhecendo no negro habilidades e técnicas diferenciadas e mais avançadas que a dos europeus de então, como no caso da metalurgia e da mineração, sempre o enxergava como um ser diferente, exótico. (...) quase sempre sem compreender-lhes ou entender-lhes a essência humana.

No contexto da Sexta Região, constituída pela Diáspora africana (MALOMALO, 2017), os povos de matrizes africanas trouxeram e trazem técnicas, instrumentos, conhecimentos, práticas e estratégias de vida e organização social. Mais do que meras “contribuições” adjacentes ao cerne da cultura lusotropical, conhecimentos e saberes produzidos por africanos se fazem presentes, por exemplo, nas técnicas aprendidas pelos ibéricos com pessoas africanas em agricultura, metalurgia, mineração, medicina, engenharia e tantas outras dimensões da geração e reprodução de vida (NASCIMENTO, 2008).

Também parece ser uma justificativa pertinente o fato de os currículos da educação formal brasileira, da educação básica à superior, desconsiderarem amplamente a herança africana como portadora de saberes e conhecimentos válidos o suficiente para figurarem em páginas de materiais didáticos da educação básica. Aliás, esse patrimônio imaterial é visto como primitivo.

O contexto da educação superior apresenta mais similaridades do que diferenças: pelo menos no contexto brasileiro, há um rol limitado de referências bibliográficas e pesquisas que contemplem os saberes e ofícios africanos na maioria dos cursos voltados ao estudo da economia, a saber as ciências econômicas, a administração, as relações internacionais e ciências contábeis, por exemplo. Dentre esses, suas vertentes críticas trazem apontamentos relevantes no sentido da potencialidade das epistemologias africanas.

Diante dos desdobramentos do colonialismo sobre os modos de se produzir conhecimento, o brasileiro Dagoberto Fonseca chama atenção para o papel das universidades em entrevista sobre a Década Internacional de Afrodescendentes para a TV Unesp (2017):

> A ONU, em 2001 [Conferência de Durban], reconhece que racismo, xenofobia, colonialismo e tráfico populacional, como aconteceu o tráfico negreiro, são crimes de lesa-humanidade. A universidade precisa se atentar porque as manifestações racistas que acontecem no seu seio são crimes de lesa-humanidade. Não são somente crimes contra o direito à pessoa, é contra os direitos humanos, portanto são crimes **gravíssimos**. E se a universidade não se atenta pra esses crimes que são gravíssimos, ela pode ser cúmplice de um crime de tamanha envergadura. É nesse sentido que nós precisamos verificar o que que nós enquanto academia, enquanto universidade, enquanto produtora de conhecimento e de ciência nova, estamos fazendo de novo. (grifo nosso, em alusão à ênfase empregada no texto oral).

No entanto, via de regra, no espaço acadêmico convencional raramente se considera que o povo africano possui um legado para além dos ícones estereotipados mencionados em parágrafos anteriores. São esparsos os registros científicos de conhecimento público voltados ao estudo da circulação econômica a partir da lógica cultural das sociedades africanas e sobre em que condições, as técnicas e os conhecimentos africanos foram difundidos e adotados pelas mais diversas sociedades no globo.

Classificar a tradição africana como oposta à modernidade, ou seja, como primitiva e antiquada, é componente do epistemicídio dos saberes africanos (KONATÉ, 2019; 2021; BUENO; MAIA, 2021). Conforme Kinyanjui (2019), instituições, conhecimentos e práticas africanas autóctones, principalmente desde o início da Revolução Industrial, são retratados por Karl Polanyi como primitivos obstáculos à transformação.

Tradição não é antônimo de contemporaneidade. E as práticas ancestrais africanas, reinventadas na diáspora, são fruto de resiliência coletiva; parafraseando Toyin Falola (2020), as culturas africanas carregam o poder em todos os sentidos. No nosso caso, destacamos o poder econômico. Para avançar nessa linha de raciocínio, na próxima seção contrastaremos a lógica tradicional africana no âmbito econômico e a lógica da empresa-indivíduo neoliberal.

CC BY NC SA

2 CONTRASTE ENTRE A LÓGICA DA TRADIÇÃO AFRICANA E A LÓGICA DO *NEOSSUJEITO* NEOLIBERAL: O CASO DA LIKELEMBA NO CONTINENTE AFRICANO

De fato, a preservação das instituições endógenas africanas, na contemporaneidade, representa uma afronta à imposição da reprodução do modelo colonial, neoliberal, patriarcal e heteronormativo de ser e existir no mundo. Nesse sentido, nesta seção o foco é na contraposição entre duas lógicas de ser/existir: a da tradição africana e a da empresa neoliberal, ou seja, do *neossujeito*, conforme descrito por Laval e Dardot no livro "A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal". Para os autores (2016, p. 133), não captaríamos "a originalidade do neoliberalismo se não víssemos seu ponto focal na relação entre as instituições e a ação individual".

Os colonizadores ocidentais adotaram, primordialmente, o ataque aos laços entre famílias e, por conseguinte, aos modos de funcionamento mais basilares das sociedades africanas. Assim, podemos afirmar que uma das estratégias inicialmente implementadas se concentra sobre a natureza das relações sociais e da distribuição dos bens, produtos e serviços em circulação na sociedade.

Notadamente, temos na posse da terra a ilustração desse processo de individuação do modo de viver no mundo. Tradicionalmente, tal acesso fora transmitido por meio das linhagens as quais usufruíam de direitos coletivos de uso, enquanto com a colonização passaram a ser regidos pela lógica individualista da propriedade privada. Em contraposição a essa racionalidade centrada no indivíduo, a matriz cultural da tradição africana opera sobre a coletividade. Isto é, o capital social prepondera em relação ao capital econômico acumulado por uma pessoa ou pelo núcleo familiar. Kinyjuani (2019) ressalta a importância do capital social no processo de sustentação econômica comunitária. Nessa linha de raciocínio, Zinga (2007, p. 69) afirma que a "sociedade [africana] é composta por tribos, clãs, famílias, nação [sic] e não indivíduos".

Essa transição também é ressaltada por Oyěwùmí (2021), socióloga nigeriana que aprofunda ainda mais o debate ao tratar do impacto da individualização da propriedade no continente africano e, mais pontualmente, em Iorubalândia. Ela afirma que, talvez, a implicação mais séria desse processo de corrosão dos mecanismos sociais que sustentavam os direitos coletivos à terra talvez tenha sido "a ideologia que explica a nova realidade da venda de terras e a revogação dos direitos das mulheres como "nosso costume" e não como uma "tradição" que se desenvolveu no período colonial" (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 212-218). Conforme Laval e Dardot (2016, p. 64):

> (...) a intervenção do Estado é indispensável, não apenas no plano legislativo, para fixar o direito de propriedade e contrato, mas também no plano administrativo, para instaurar nas relações sociais regras múltiplas necessárias ao funcionamento do mercado concorrencial e fazer com que sejam respeitadas.

As noções ocidentais de propriedade foram penetradas repetidamente sob a forma de direito consuetudinário quando, na verdade, a fonte das normas jurídicas era antes o governo colonial britânico, e não o costume local (OYĚWÙMÍ, 2021).

De acordo com Laval e Dardot (2016, p. 346), a "novidade [do neoliberalismo] reside na universalização de um estilo de existência econômica que era reservado aos empreendedores". E qual seria esse estilo? Quem é esse sujeito empresarial do neoliberalismo, em contraposição ao sujeito da tradição africana? Por quais componentes socioculturais esses sujeitos são atravessados?

Parte do ineditismo do neoliberalismo se dá em função de sua extrema "valorização da concorrência e da empresa como forma geral da sociedade" (LAVAL; DARDOT, 2016, pp. 133-134). Quanto ao primeiro aspecto - o da competição generalizada - observamos, conforme Laval e Dardot (2016, p. 147), que o "mercado define-se precisamente por seu caráter intrinsecamente concorrencial. Cada participante tenta superar os outros numa luta incessante para tornar-se líder e assim permanecer".

A definição de mercado não é a de um ambiente de entrecruzamentos e circulação de mercadorias. Em vez disso, trata-se de um "processo regulado que utiliza motivações psicológicas e competências específicas". Para Laval e Dardot (2016, pp. 139-140), o pensamento neoliberal concebe o mercado como um "processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito. Ele é *autoconstrutivo*". Quanto ao impacto da aguda concorrência alimentada pelo pensamento neoliberal, no âmbito das relações sociais Laval e Dardot (2016, p. 9) afirmam que:

> As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo.

O segundo aspecto inédito do neoliberalismo nessa argumentação faz emergir para o debate dimensões profundas da natureza psíquica do ser humano. Como desdobramento on-

CC BY NC SA

tológico sobre o modelo de sujeito neoliberal, passa a se avolumar um novo discurso científico que define os princípios dos "processos de normatização e técnicas disciplinares que o que podemos chamar de *dispositivo* de eficácia" que favoreceria "a instauração de uma rede de sanções, estímulos e comprometimentos que tem o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo." Ou seja, o "sujeito empresarial" do qual Laval e Dardot tratam (2016, pp. 322-324) representa uma ruptura advinda de manobras permitidas pelo pensamento neoliberal, alegadamente inéditos em comparação aos mecanismos ocidentais de subjetivação anteriormente empregados:

> Não estamos mais falando das antigas disciplinas [coerção] (...). Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui. (...) trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 327)

Louvável é o raciocínio desenvolvido por Laval e Dardot (2016) no livro examinado, especialmente por expandirem o imaginário político, sociocultural e intelectual de seus leitores, se partirmos de bibliotecas como as marxistas, ontológica e epistemologicamente ocidentocentradas. Tendo em vista que escancaram a causa fulcral da resiliência do neoliberalismo às crises, a saber sua natureza enquanto sistema normativo e não meramente ideologia ou tipo de política econômica, permitem-nos entender como a lógica do capital se estende a todas as áreas da vida e das relações sociais. Abrem caminhos para que pensemos a potência da dominação intersubjetiva e sua irradiação para as demais esferas do viver humano para além da dimensão econômica. Sobretudo, nos permitem abordar a diversidade cultural dos modos de funcionamento do mercado e da economia, que - originalmente, sem intervenções exógenas - são culturalmente construídos no seio de cada sociedade.

O pensamento filosófico africano ancorado em um paradigma ancestral (MALOMALO, 2021, 2020, 2019, 2017) traz apontamentos interessantes com outra linguagem que não a da competição, mas sim a da solidariedade e da comunidade. A título de ilustração, no artigo "A África pode contribuir para resolver a crise do Ocidente?" de Latouche (2013, pp. 175-176), temos uma reflexão a respeito de como:

> A aparente prosperidade econômica é talvez muito mais vulnerável do que parece e esconde uma ameaça de catástrofe ecológica e societária. (...). Existem na África verdadeiros experts das relações harmoniosas entre o ser humano e o meio ambiente

> que poderiam contribuir para nos retirar da crise ecológica (se é que já não é tarde demais). Encontram-se na África especialistas em relações sociais e na resolução de conflitos que poderiam nos propor receitas em matéria de relações entre gerações, entre homem e mulher, entre maiorias e minorias, etc.

Isso posto, temos que o "mundo" figura enquanto uma rede ou comunidade-de-vida. Esta é composta de três dimensões de "viver": além da humanidade (comunidade-de-bantu ou pessoas), há a dimensão cosmos-natureza (comunidade-universo-natureza) e a do divino e da ancestralidade (comunidade-sagrado-ancestral) (MALOMALO, 2019, pp. 82-89). O essencial desta explanação consiste em compreender que a cosmovisão africana autóctone - por assumir que há uma energia ou Força Vital comum entre as diversas dimensões da vida - não almeja dominar ou subjugar a natureza, pois se entende parte dela. Portanto, orienta-se pela harmonia e equilíbrio inclusivos com todo o pluriverso (KRENAK, 2020; LOPES; SIMAS, 2021).

No campo referido como econômico, tais princípios filosóficos se transmutam, primordialmente, na finalidade das relações econômicas. O propósito principal de fazer negócios consiste em crescer e sustentar as redes comunitárias às quais alguém pertence. Para tanto, trabalhamos, conforme Kinyanjui (2019), com o modelo de negócios assim denominado utu-ubuntu, sendo "utu" uma palavra em Swahili para "humanidade" e "ubuntu", palavra em Zulu equivalente a "solidariedade".

O modo africano autóctone de fazer circular bens e serviços é pautado pelos laços de solidariedade. Estes auxiliam indivíduos e comunidades a manterem a dignidade, a independência e a liberdade por meio de regras sobre produção e trocas. Por exemplo, comunidades de comerciantes e artesãos podem desenvolver e compartilhar habilidades de negócios, estratégias de autorregulação coletiva, inovações técnicas e geração de riquezas. Esse comportamento parte dos valores culturais africanos, dentre os quais vale enfatizar o de ajuda mútua para sustentação coletiva. Ademais, são práticas que refutam e resistem à "cultura ocidental de exaltação do individualismo e sua veneração à riqueza e tecnologia [ou tecnicidade] como soluções para os problemas da humanidade" (KINYANJUI, 2019, pp. 14-23).

Há uma notória escassez de produção de conhecimentos a respeito do patrimônio material e imaterial africano em outras dimensões da vida que não somente as artes, o lazer e as atividades físicas e a gastronomia. É imprescindível, portanto, trabalhar em pesquisas e diálogos a respeito dessa memória e da transmissão de saberes e ofícios ancestrais na contemporaneidade. Uma das tecnologias econômicas mais bem preservadas e florescentes, inclusive e especialmente nos momentos de crise, são as likelemba, que consistem em um termo guarda-chuva para variadas tipologias de sistemas financeiros tradicionais africanos.

CC BY NC SA

Existe uma extensa lista de possíveis denominações para o que aqui chamamos de "likelemba". Nesta pesquisa, concentramo-nos sobre definições elaboradas no contexto da produção de conhecimento por pessoas africanas de expressão em francês, pois é a língua que apresenta, nas pesquisas realizadas pela autoria do trabalho nos últimos quinze meses, maior vastidão e diversidade de materiais referentes ao tema. Para termos uma compreensão da dimensão da prática da likelemba no continente africano, sabendo que esta foi estendida para toda a Sexta Região desde tempos pré-coloniais, vale consultar o artigo "Do informal ao formal: O desafio de bancarização das tontines em África"[3] (2007) do geógrafo Tchawe e do economista Tcheunta. Nele, os pesquisadores camaroneses listam as principais variantes terminológicas e tipológicas que mudam conforme o país, o ambiente linguístico e as divisões étnico-nacionais dentro de cada fronteira dos Estados-Nação africanos.

> Essussu na Nigéria, Susu na Libéria, Likelembra na República Democrática do Congo, Chilimba na Zâmbia, Kelemba entre os Sango da República Centro-Africana, *Paris vente* e Azouma no Chade, Tontine simples e Tontine de mercado em Ruanda. O Benim e o Togo conhecem o desenvolvimento notável dos fenômenos tontineiros. As tontines de solidariedade e as associações rotativas de crédito e de poupança são as mais conhecidas no Senegal (...) (TCHAWE; TCHEUNTA, 2007, p. 6)

Essencialmente, na definição do engenheiro financeiro camaronês Alain Boutchang, autor do livro "Tontine: Reflexões sobre a institucionalização de um sistema financeiro comprovado[4] (2019), as balikelemba são um "sistema de poupança e de crédito solidários" (AFRICA RADIO, 2022). Pela composição sociodemográfica da África-brasileira, cabe ainda apontar o uso do termo "kixikila" em Angola.

O emprego desse objeto de estudo teórico-empírico se dá devido ao resultado da confrontação imposta pelo sistema colonial e que se estende até os dias atuais. Na realidade cotidiana das economias africanas, esse sistema chega a sobressair em relação aos bancos comerciais no modelo euroocidental. Mayoukou (1994, p. 13) observa que a falência de bancos comerciais, alegadamente em função da crise financeira que afeta a África Subsaariana, "contrasta com o dinamismo do setor financeiro informal, notadamente as tontines" no mesmo território e período histórico.

Se tomarmos como referência o livro "Le Système des Tontines en Afrique: Un système bancaire informel - Le cas du Congo", podemos encontrar como causas desse fracasso do siste-

3 Título original: "De l'informel au formel: Le défi de bancarisation des tontines en Afrique".
4 Título original: "La Tontine: Réflexions sur l'institutionnalisation d'un système financier éprouvé".

ma bancário sua inadaptação à cultura africana e sua falta de saber-fazer com relação à gestão e à produção de informação financeira em ambientes de alta incerteza. Para o autor, "o setor financeiro informal domina melhor a produção e tratamento da informação (...) Sob o ângulo da análise do risco, as balikelemba e as pessoas praticantes aparecem como verdadeiras transformadoras da incerteza em "riscos controláveis" (MAYOUKOU, 1994, p. 13).

Cabe, contudo, um breve parênteses devido à curiosidade ensejada pela imagem evocada de bancos comerciais, cujos modelos de gestão financeira são centrados no pensamento econômico ocidental. É um fenômeno, no mínimo, intrigante uma vez que Laval e Dardot (2016, p. 347) argumentam:

> Hoje, todos os indivíduos deveriam ter "renda incerta", inclusive "patifes e ladrões." Esse é o teor das estratégias políticas ativamente encorajadas pelo patronato. (...) toda "refundação social" pressupunha a transformação do maior número de indivíduos em "riscófilos". (...) Esse discurso dá ao risco uma dimensão ontológica, gêmea do desejo que move cada um de nós. Obedecer ao próprio desejo é correr riscos. (...) "viver na incerteza" aparece como um estado *natural* (grifo dos autores).

O "'risco' tornou-se um setor comercial, na medida em que se trata de produzir indivíduos que poderão contar cada vez menos com formas de ajuda mútua de seus meios de pertencimento e com os mecanismos públicos de solidariedade" (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 348). No entanto, o mesmo elemento, tão valorizado a plenos pulmões, não tem encontrado sucesso nos territórios africanos e a justificativa posta sobre a mesa atribui a uma suposta "primitividade" das sociedades africanas o reiterado fracasso desse sistema financeiro ocidental. Não se exclui dessa interpretação o fato de que a dominação colonial se perpetua por meio de outras manifestações do neoliberalismo.

Talvez o único ponto em comum entre as balikelemba e os instrumentos do neoliberalismo seja a capacidade de penetração, capilaridade e sustentação no tecido social africano, o que torna a likelemba um promissor objeto de estudo quando em contraste com os modos de subjetivação neoliberais e seus efeitos na vida das pessoas e povos através do globo.

Em sua consagrada e seminal obra, Mayoukou (1994) dedica-se a compreender (*saisir*) a amplitude da prática da likelemba em África, sua razão de ser, os determinantes de sua eficácia, dentre outros elementos.

Como notamos, há uma enorme diversidade tipológica e organizacional nesse sistema. Todavia, há princípios que a fundamentam em todas as seis regiões do continente africano. Boutchang (2022) sustenta que a confiança é o fator determinante do sucesso das iniciativas. Outro princípio condicionante de seu bom funcionamento e coleta de resultados satisfatórios

consiste na especificidade do propósito que une o grupo, ou seja, na coerência e na homogeneidade dos objetivos coletivos. Resultados de nossas pesquisas anteriores (BUENO; MAIA, 2021), obtidos mediante oito entrevistas semiestruturadas com pessoas comerciantes africanas migrantes residentes no Brasil, reforçam que a confiança é o primeiro e principal componente no estabelecimento das balikelemba.

Desse modo, a dimensão da comunidade e a da solidariedade se retroalimentam a fim de que os objetivos, traçados coletivamente, sejam alcançados. É justamente na possibilidade de realização individual e coletiva que reside o trunfo predominante desses "mecanismos de solidariedade comunitária", na definição da pesquisadora senegalesa Diagne (2013, p. 16).

Concretamente, dentre alguns dos benefícios proporcionados pela operacionalização dessa tecnologia, desde antes da introdução da moeda colonial, as balikelemba permitiam consumar objetivos para o avanço das sociedades, tal como constituir uma comunidade de ofício para rentabilizar os trabalhos agrícolas, e a execução de obras e projetos emergenciais ou de apoio a algum membro da comunidade, como a reparação dos telhados das casas após uma tempestade. Em tempos atuais, as balikelemba servem como uma ferramenta na gestão de relações interpessoais no seio de uma organização. Além disso e dos rendimentos financeiros colhidos pelas comunidades, elas fornecem um ambiente que favorece trocas e o desenvolvimento de boas habilidades práticas profissionais (DIAGNE, 2013).

Entretanto, apesar dos benefícios proporcionados pelas balikelemba para as comunidades, no final da década de 1980, comerciantes e artesãos começaram a ser representados como empreendedores vulneráveis, lutando para se adaptar às realidades do neoliberalismo e demandantes de educação em matéria de desenvolvimento de negócios. ONGs e organizações internacionais responderam a essa alegada necessidade com a oferta de cursos enquanto instituições financeiras ofereciam microcrédito. Nas palavras de Kinyanjui (2019, p. 77), em grande parte do discurso e da prática desenvolvimentista, os profissionais de negócios eram vistos como se necessitassem ser "resgatados de si mesmos".

Na leitura de Kinyanjui (2019), é em função da falta de vontade política, por parte dos grupos dominantes africanos, de adotar os valores tradicionais de modelos econômicos autóctones (compartilhamento, serviço comunitário, cuidado, respeito, honestidade e confiança) que essa "elite" reforça má governança, corrupção e, em última instância, alimentando conflitos. Já para Diagne (2013), a causa da instauração de políticas para lutar contra a prática específica de balikelemba reside na avaliação feita por Estados africanos de que esta corresponderia a um freio ao desenvolvimento dado que ocorrem como um "financiamento paralelo" ao sistema formal.

CC BY NC SA

De acordo com a informação verbal (2022) emitida pelo professor Doutor da Acácio Almeida (UFABC) em evento promovido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), devido ao fato de que o financiamento da União Africana decorre da Comunidade Europeia, "o que está por trás é um projeto neoliberal". Nesse sentido, "não considera as instituições tradicionais [como as balikelemba]. Ele [as] guarda como fragmento de um passado, como se olhássemos essas instituições apenas para visitá-las".

Há inegáveis limitações de nível epistemológico na condução de políticas públicas e pesquisas a respeito de sociedades africanas que não levam em consideração o *ethos* próprio de seus povos. Devido à universalização das experiências ocidentais de ser e existir, à fragmentação do conhecimento e à perpetuação da suposta neutralidade axiológica reivindicada pelas ciências ocidentais, esse comportamento de rejeição à tradição é nutrido mesmo após as libertações africanas nas décadas de 1960 e 1970. Para Laval e Dardot (2016, p. 136), ao revolucionarmos a maneira de pensar, passa a haver a exigência de uma "política que vai muito além dos mercados de bens e serviços e diz respeito à totalidade da ação humana".

Na dinâmica neoliberal há fortes fundamentações para compreendermos que o elo entre economia e os demais campos da vida consiste na mercantilização das relações sociais. Resulta do exame dos autores imediatamente supracitados o entendimento de que reside aí, somada à urbanização, "um dos fatores mais poderosos da 'emancipação' do indivíduo com relação a tradições, raízes, apegos familiares e fidelidades pessoais" (LAVAL; DARDOT, 2016, pp. 323-324). Foi uma grande ruptura a ampla introdução da moeda colonial no continente africano. Na análise de Kinyanjui (2019), o dinheiro é instrumento de alienação, além de minar valores de solidariedade, cuidado e nutrição de famílias. Diagne (2013, p. 16) também toma nota desse movimento na medida em que observa que:

> Cada vez mais, as práticas de reciprocidade são baseadas no dinheiro e elas substituíram progressivamente as relações de reciprocidade embasadas na circulação de bens materiais (...). Estamos falando da monetarização das relações que faz desaparecerem gradualmente os comportamentos comunitários das populações na sociedade africana. (tradução nossa)[5]

Para Laval e Dardot (2016, pp. 347-348), "o capitalismo avançado destrói a dimensão *coletiva* da existência". De fato, os indivíduos que seguem o modelo de subjetivação neoliberal

5 Trecho original: "De plus en plus, les pratiques de réciprocité sont basées sur l'argent et elles ont remplacé progressivement les rapports de réciprocité basés sur la circulation de biens matériels (…) On parle alors de la monétarisation des rapports qui fait disparaître graduellement les comportements communautaires des populations dans la société africaine".

são retratados como "'liberados' da tradição e das estruturas coletivas" - como notamos no estudo empírico desenvolvido anteriormente a respeito do tratamento conferido por Estados africanos à prática das balikelemba. Podemos facilmente depreender dessa constatação que a dominação cultural do colonialismo distorceu as identidades e valores morais de todas as pessoas afetadas pelo neoliberalismo, em particular as africanas, que possuem, a princípio, sistemas de relações sociais guiados por percepções de mundo não-ocidentais (KINYANJUI, 2019).

A socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021, pp. 222-225) traça como "a introdução de relações capitalistas na forma de trabalho assalariado era uma novidade na economia iorubá e teve fundamentais repercussões, particularmente na definição de trabalho". Somente homens poderiam receber salários, participar do mercado de trabalho dito formal e, com isso, comprar a liberdade. Assim, inventou-se uma oposição entre trabalho "moderno", realizado pelos homens dentro da lógica colonial, e o "tradicional", "atrasado" ou "primitivo", o que representou descaracterização e invisibilização do trabalho executado por mulheres enquanto "não-trabalho", embora sempre tenha sido fundamental para a sobrevivência das comunidades.

A linha que divide o formal do informal, o legal do criminoso e o trabalho (moderno) do "não-trabalho" (primitivo) tem sido definida conforme parâmetros e interesses coloniais. Dessa forma, a questão da formalidade na economia é muito cara a todas as pessoas africanas e, em particular, às mulheres, haja vista a sua predominância no desempenho de funções não-registradas oficialmente e socialmente marginalizadas, desmoralizadas e desprestigiadas, como no campo da limpeza, da alimentação das famílias e dos cuidados domésticos.

A matricentralidade e sua relação com a lógica da matriz econômica pré-colonial, reinventada no contexto patriarcal do colonialismo, foram exploradas por Malomalo (2021), assim como por Malomalo e Bueno (2022). Reconhecer a centralidade das mulheres na gestão econômica, como em instituições como as balikelemba, é valorizar a endogeneidade na cultura africana.

Hoje em dia, há um crescente debate acadêmico e midiático a respeito da institucionalização das práticas de likelemba, especialmente no continente africano, em função de seus resultados inegavelmente mais interessantes para as famílias do que os serviços financeiros ofertados pelos bancos comerciais que tentam se inserir nas relações econômicas informais. Pesquisadores como Odile (2002), Diagne (2013), Boutchang (2019) e inúmeros(as) outros(as) têm desenvolvido trabalhos no sentido da institucionalização da lógica de funcionamento dos negócios e da empresa de acordo com o *ethos* africano. Especialmente após a declaração - pela União Africana - da incorporação da Diáspora Africana enquanto Sexta Região, o tema tem recebido destaque em função da potencialidade econômica do mecanismo enquanto fer-

ramenta para prosperidade. Por isso, enfim, as formas e caminhos de institucionalização que vêm sendo explorados merecem a continuidade das pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O boicote à existência de conhecimentos e realizações particulares a pessoas africanas resulta da constatação da real capacidade de resistência ao colonialismo. Em função desse motivo principal, as instituições, a produção e a transmissão de saberes africanos em economia são alvo de inferiorizações, menosprezo, desarticulações, descaracterizações e criminalizações por parte dos mecanismos formais e informais de dominação colonial, ainda em curso.

Contudo, exercitar a percepção de que há ensinamentos que emergem de África nos põe em contato com a prática da descentralização da produção de conhecimento, haja vista os frutos da resiliência africana representados nos kilombos, nas feiras, nas balikelemba e em mercados "informais" enquanto instituições geradoras de vida. Utilizamos o fenômeno da likelemba enquanto objeto de estudo que nos possibilita examinar, empiricamente, algumas das principais diferenças entre as duas lógicas econômicas e modos de subjetivação estudados e examinar caminhos emancipatórios.

O epistemicídio no campo da economia apresenta como sintoma e mecanismo o emprego do vocábulo "economia informal", nas pistas da intelectual queniana Kinyanjui (2019). A suposta informalidade à qual nos referimos consiste em uma forma de destituir os povos africanos de suas culturas enquanto referenciais válidos para geração de vida. Não ocorre, nesta análise, negligência às reais necessidades mais básicas vividas por povos africanos, no continente-berço da humanidade e em Améfrica, que levam responsáveis por suas famílias e comunidades a buscar os mais diversos e frequentemente indignos meios de vida. Tampouco existe qualquer relação com o tipo de clandestinidade guiada basicamente por ambições de cunho individualistas e implementada, a título de ilustração, mediante sonegação de tributos ao poder público.

Em vez disso, o que se buscou demonstrar foi a persistência do colonialismo por meio do abandono, da negligência e mesmo da rejeição às manifestações da tradição africana por parte de Estados e da iniciativa privada. O repertório ancestral de saberes e ofícios mobilizado pelo povo africano é criminalizado e rechaçado, ou seja, que é feito clandestino para fins de dominação do modo de subjetivação neoliberal, conforme proposto por Laval e Dardot (2016). O que propomos refletir é sobre a manipulação da representação racista de referen-

CC BY NC SA

ciais africanos como essencialmente inferiores e, portanto, indesejáveis, desprezíveis e alvo de aniquilação.

Por um lado, as associações comumente encontradas entre raça, povos africanos e economia, no que se refere à região brasileira, não raro estão relacionadas em livros didáticos a termos próximos a "tráfico de pessoas", "*plantation*", "ciclos econômicos" (da cana, do açúcar, do ouro, do café, dentre outros). Por outro lado, historicamente o resultado das lutas do movimento negro refletem **conquistas** significativas, dentre as quais podemos enfatizar o orgulho racial assim como a geração de condições e oportunidades de estudo e trabalho. Os estudos sobre as desigualdades raciais possuem um importante papel ao tornar visível, pela análise de dados desagregados por cor e raça, as desigualdades salariais, as disparidades no poder de compra e, em última instância, o abismo do mundo fanoniano "cindido em dois" (FANON, 1968, 2008), no que se refere às oportunidades de vida possíveis para pessoas racializadas como não-brancas em comparação às brancas.

Igualmente, faz parte da trajetória secular de lutas dos povos africanos a reivindicação e formulação de políticas de ações afirmativas de reconhecimento e redistribuição. Com a Conferência de Durban (2001), os movimentos conquistaram maiores ferramentais normativos internacionais e nacionais em prol do acesso a direitos básicos de cidadania. Porém, devido ao fato de as instituições formais dos Estados contemporâneos serem regidas por princípios coloniais reinventados, as sociedades são colocadas em contradição pela insuficiência e incongruência dos modos de ser e viver tradicionais e aquele imposto.

Finalmente, é válido como sugestões para pesquisas futuras examinar esse movimento de reivindicações pelo reconhecimento do patrimônio imaterial africano e suas contribuições para as sociedades no mundo mediante seu próprio *ethos*. Ademais, cabe analisar a literatura em expressão de língua inglesa e francesa e sua relação com a realidade concreta no continente americano dado que as pessoas africanas reterritorializaram África na diáspora e, com isso, difundiram técnicas, tecnologias, habilidades, hábitos e mecanismos econômicos que existem até a atualidade sob a qualificação de "economia informal".

A constante reinvenção das instituições e mecanismos econômicos tradicionais ao longo dos séculos atravessa as múltiplas formas assumidas pelo colonialismo até o tempo presente. Para povos africanos, significa resiliência epistêmica, teórica e prática mesmo em incessante confronto com sistemas normativos tão robustos e engendrados, como o neoliberal.

CC BY NC SA

REFERÊNCIAS

AFRICA RADIO. **Les Enjeux de la Tontin.** Disponível em: https://www.africaradio.com/les-enjeux-de-la-tontin Acesso em: 31 maio 2022.

ANNISETTE, Marcia. People and periods untouched by accounting history: an ancient yoruba practice. **Accounting History**, [S.L.], v. 11, n. 4, p. 399-417, nov. 2006. SAGE Publications.

BUENO, Lúcia de Toledo França; MAIA, Marrielle. **Manifestações culturais africanas através de tecnologias econômicas no brasil**: valores civilizatórios em contexto de mobilidade humana. 2021. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

CHARMANTIER, Isabelle (Londres). **The Linnean Society of London**. *Linnaeus and Race***.** 2020. Disponível em: https://www.linnean.org/learning/who-was-linnaeus/linnaeus-and-race. Acesso em: 28 maio 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf Acesso em: 29 jan. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p. Tradução de Mariana Echalar.

DIAGNE, Seynabou. **Tontines et empowerment des femmes au Sénégal**: le cas des tontinières du marché des Habitations à Loyer Modéré (hlm) Nimzatt à Dakar. 2013. Disponível em: https://corpus.ulaval.ca/jspui/bitstream/20.500.11794/24489/1/30225.pdf. Acesso em 31 maio 2022.

DIOP, Cheikh Anta. **The African origin of civilization**: Myth or reality. Trad. e org. Mercer Cook. Westport: Lawrence, 1974.

DIPLOMACIA PARA A DEMOCRACIA. (org.) **Migração Sul-Sul**: o Brasil, a diáspora africana e a década da Afrodescendência da ONU. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=G-MTlQ8wUWYM. Acesso em: 04 ago. 2021.

FALOLA, Toyin. **O poder das culturas africanas**. Petropólis, RJ: Vozes, 2020.

FANON, Frantz. (1968). **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, BA: Editora Edufba, 2008.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

KINYANJUI, Mary Njeri. **African Markets and the Utu-Ubuntu Business Model**: A Perspective on Economic Informality in Nairobi. Disponível em: https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/24885/African_Markets_9781928331780_txt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27 jun. 2021.

KONATÉ, Doulaye. Le paradigme de l´opposition tradition/modernité comme modèle d´analyse des réalités africaines. In: KONARÉ, Adame Ba (dir.). **Petit précis de remise à niveau sur l´histoire africaine à l´usage du président Sarkozy**. Découverte: Paris, 2009, p. 95-112.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 126 p.

LATOUCHE, Serge A África pode contribuir para resolver a crise do Ocidente? **Revista Espaço Plural**. 2013, XIV(28), 175-197 ISSN: 1518-4196. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445944241009. Acesso em 10 dez. 2021.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011. 1420 p. ISBN 978-85-87478-99-3.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Filosofias Africanas**: uma introdução. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MALOMALO, Bas'llele. Anterioridade e feitura da sociologia africana. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 13, n. 36, p. 32-60, maio 2021. p. 2177-2770. Disponível em: https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1228. Acesso em: 14 dez. 2022.

_____. A Justiça Teórico-Política ao Matriarcado para se pensar a África Contemporânea. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. 31, p. 48-71, fev. 2020. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/839. Acesso em: 2023

_____. Filosofia Africana do NTU e a Defesa de Direitos Biocósmicos. **Problemata: R. Intern. Fil**. v. 10. n. 2, p. 76-92, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/49144. Acesso em: 05 ago. 2021.

_____. Estudos africana ou novos estudos africanos: Um campo em processo de consolidação desde a diáspora africana no Brasil. In: **Revista de Humanidades e Letras**, Vol. 3, n. 2, Ano 2017, p. 16-50.

MALOMALO, Bas'Ilele; BUENO, Lúcia de Toledo França. Embates ontológicos e epistemológicos com mulheres amefricanas: autonomia e independência em uma economia "informalizada". ODEERE, v. 7, n. 1, p. 107-125, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.22481/odeere.v7i1.10494

MAYOUKOU, Célestin. **Le système des tontines en Afrique**: un système bancaire informel: le cas du Congo. Editions L'Harmattan, 1994.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígonas, 2014.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **A Matriz Africana no Mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira 1).

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

N'DIAYE, Tidiane. **Le génocide voilé** : enquête historique. Éditions Gallimard: Paris, 2008. Collection Continents Noirs. ISBN: 9782070119585. Disponível em: http://kemetdevelopment.org/wp-content/uploads/2018/08/Tidiane-NDiaye-Le-genocide-voil%C3%A9.pdf. Data de acesso: 29 maio 2023.

NKRUMAH, Kwame. **Neo-colonialism**: the last stage of imperialism. New York: International Publishers, 1965.

ODILE, Togolo. Pour une approche institutionnelle de la tontine. **Polis**, v. 9, 2021/2022, p. 88-112.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **A Invenção das Mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 324 p. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

TCHWAME, Emil Hatcheu; TCHEUNTA, Joseph Nzomo. **De L'Informal au Formel**: Le défi de la bancarisation des tontines en Afrique. Document de travail N°07-78, 2007. Disponível em: https://docplayer.fr/7742927-De-l-informel-au-formel-le-defi-de-la-bancarisation-des-tontines-en-afrique.html. Acesso em: 10 jan. 2023.

TV UNESP (Araraquara) (org.) **Década Internacional de Afrodescendentes.** 2017. Ed. 086. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iXwvgwNxBTo. Acesso em: 31 maio 2022.

ZINGA, Afonso Clemente. **Os Determinantes do Empreendedorismo**: um Estudo Empírico no Contexto Angolano. 2007. Dissertação (Especialidade em Estratégia Empresarial) - Programa de Mestrado em Gestão da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/9731/1/Afonso%20Zinga_Disserta%-C3%A7%C 3%A3o%20de%20Mestrado%202007.pdf. Acesso em: 23 abr. 2021.

FILMOGRAFIA

ROSTOS familiares, lugares inesperados: uma diáspora africana global. Direção de Sheila S. Walker. Roteiro: Sheila S. Walker. 2018. (32 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=1664&v=g1BceeLjIRo&feature=emb_title. Acesso em: 25 nov. 2021.